

Vaga formal volta ao positivo, mas 2019 ainda deve ser difícil

Por Fábio Pupo, Ana Krüger

Após três anos de retração em meio à crise econômica do país, o mercado de trabalho brasileiro terminou 2018 com uma expansão no número de vagas formais.

Mesmo com o fechamento de 334,5 mil postos em dezembro, quando tradicionalmente o saldo é negativo, o crescimento na maior parte do ano garantiu um saldo positivo de 529,6 mil postos de janeiro a dezembro.

A avaliação do governo é que as contratações foram impulsionadas principalmente pela melhora na atividade econômica.

O resultado do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgado pelo Ministério da Economia, mostra uma reversão na trajetória do emprego formal, já que nos três anos anteriores o saldo foi negativo.

Em 2015, houve eliminação de 1,5 milhão de vagas. Em 2016, de 1,3 milhão de postos.

E, em 2017, o resultado ficou mais próximo ao equilíbrio - mas ainda com corte de 11,9 mil posições. Considerando os três anos, o país fechou 2,8 milhões de vagas.

O secretário do Trabalho e Previdência, Rogério Marinho, afirmou que a inflexão de 2018 acontece após um período marcado por erros em políticas econômicas que, segundo ele, precisam ser "esquecidos".

A retomada é observada de maneira mais contínua desde abril de 2017. "Equívocos podem gerar transtornos e prejuízos que o Brasil não pode continuar a suportar. Esses erros não podem se repetir no futuro", disse em declaração à imprensa sobre os números.

Apesar do crescimento em sete dos oito setores econômicos divididos pelo Caged, a análise dos dados mostra que a expansão está concentrada em serviços e comércio - que, juntos, representaram 94% do saldo líquido do ano (foram abertas 398,6 mil e 102 mil vagas, respectivamente).

INFORME

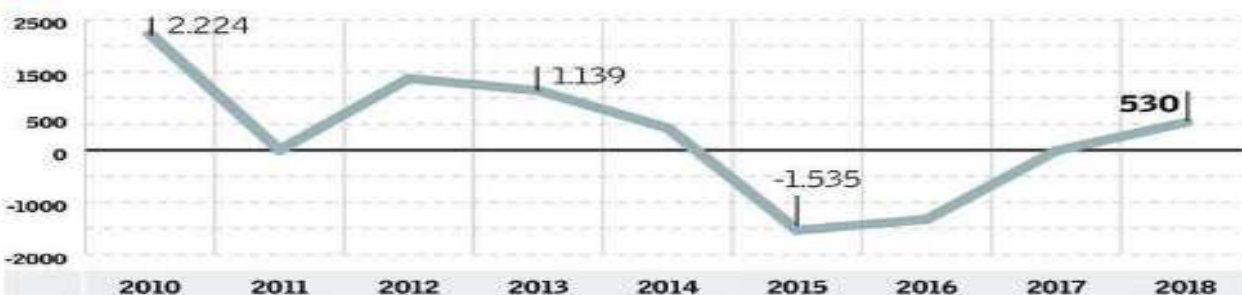
Volta ao azul

Emprego com carteira assinada no país tem 1ª alta em quatro anos

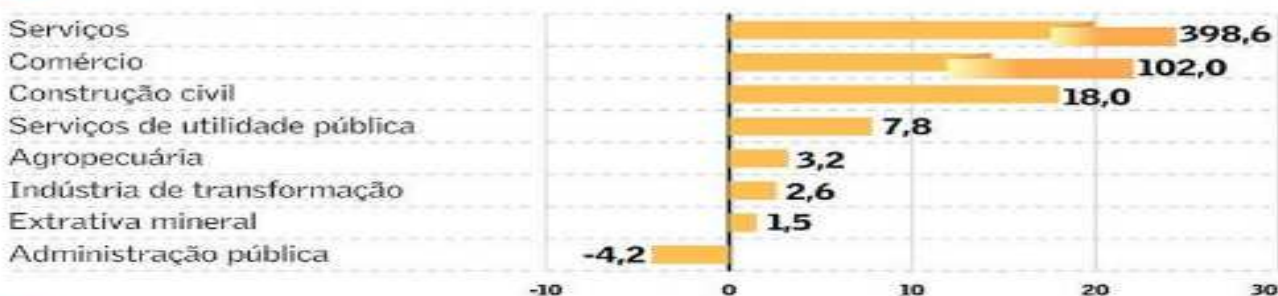
Saldo do emprego formal, em mil



Desempenho por ano, em mil



Desempenho por setor em 2018, em mil



Emprego com carteira por Estado em 2018, em mil

Cinco com melhor resultado			Cinco com pior resultado		
1º	São Paulo	146,6	1º	Mato Grosso do Sul	-3,1
2º	Minas Gerais	81,9	2º	Acre	-1
3º	Santa Catarina	41,7	3º	Roraima	-0,4
4º	Paraná	40,3	4º	Alagoas	-0,2
5º	Bahia	28,6	5º	Sergipe	0,8

Fonte Caged

INFORME

As demais áreas analisadas mostraram um crescimento bem mais tímido. São elas construção civil (18 mil vagas), serviços industriais de utilidade pública (7,8 mil vagas), agricultura (3, 2 mil vagas), indústria (2,6 mil postos) e extrativo mineral (1,5 mil). Só a administração pública registrou recuo, com corte de 4,2 mil postos.

Segundo Marinho, o governo pretende retirar trabalhadores da informalidade. Mesmo assim, ele disse que é preciso "diminuir as diferenças entre o mercado formal e informal". O secretário afirmou que o objetivo é buscar reduzir a "tutela" do Estado na relação entre público e privado, além de "desburocratizar" e "facilitar a vida dos que querem empreender no Brasil".

O presidente Jair Bolsonaro já chegou a apresentar a ideia de criar uma nova carteira de trabalho, "verde e amarela", que teria regras mais flexíveis e garantiria apenas direitos previstos na Constituição - como férias, 13º salário e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Mas o secretário não chegou a comentar a questão.

Para Marinho, é preciso buscar medidas considerando trabalhadores que não estão protegidos pelas leis trabalhistas. "O modelo tradicional com carteira assinada, da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho], é importante. Mas precisamos olhar trabalhadores de outras modalidades", disse citando o trabalho em aplicativos de transporte como exemplo. O secretário afirmou que os números de 2018 poderiam ser ainda maiores não fosse a greve dos caminhoneiros, em maio, que impactou a produção industrial e, em consequência, a atividade econômica. Mesmo assim, o ano de 2018 ficou acima da expectativa média do mercado, de mais 436 mil postos.

Na divisão por regiões, o mercado de trabalho permanece com dados desiguais. O Sudeste puxou a criação de vagas em 2018 com um saldo líquido positivo de 251,7 mil postos no ano. Em seguida, ficaram Sul (criação de 102,2 mil postos), Nordeste (80,6 mil vagas), Centro-Oeste (66,8 mil postos) e Norte (28,2 mil postos). Os dados do Caged também continuam registrando um baixo avanço dos rendimentos do trabalhador brasileiro. Em todo o país, o salário médio real de admissão foi de R\$ 1.531,28 em dezembro. Já o salário médio de desligamento foi de R\$ 1.729,51. Em termos reais, houve aumento de 0,21% para o salário médio de admissão e perda real de 1,39% para o salário de desligamento.

O secretário de Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Silva Dalcolmo, afirmou que os dados de rendimentos estão ligados à ainda grande massa de desempregados no país. Segundo ele, a retomada da atividade e o crescimento da economia devem fazer com que indicadores como esse comecem a registrar melhora. Para analistas, o resultado de 2019 deve continuar na trajetória de expansão, mas ainda distante do desempenho do início da década. Thiago Xavier, economista da Tendências Consultoria, diz que a projeção

INFORME

preliminar da casa é a criação de 850 mil postos neste ano. "Ainda vai ser um ano difícil, mas essa aceleração da atividade vai permitir a continuidade de melhora no mercado de trabalho", afirma Xavier. Segundo Xavier, o Produto Interno Bruto (PIB) deve avançar 2% em 2019, depois de ter provavelmente crescido 1,2% no ano passado, o que explica a maior absorção de trabalhadores. Tal cenário contempla o encaminhamento até o primeiro semestre da reforma da Previdência.

Bruno Ottoni, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e da consultoria iDados, espera aceleração no ritmo de criação de empregos para algo em torno de 700 mil a 800 mil vagas formais neste ano. O pesquisador lembra que o saldo positivo do emprego é muito aquém do que seria necessário para recompor a destruição de vagas durante a recessão. Pelo Caged, o Brasil encerrou 2018 com 38,4 milhões de trabalhadores com carteira assinada, cerca de 2,3 milhões a menos do que no pico, de 40,7 milhões, registrado em dezembro de 2014. (Colaborou Hugo Passarelli, de São Paulo)

Desligamento por acordo é modalidade mais usada após reforma

Por Fábio Pupo e Ana Krüger

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que as modalidades criadas pela reforma trabalhista de 2017 contribuíram, embora de maneira tímida, para a criação líquida de vagas no ano passado. Os trabalhos intermitente e parcial geraram 71,4 mil postos em 2018, o que representa 13% do saldo total do ano. Mas, por outro lado, o desligamento por acordo (outra novidade da legislação) alcançou um número ainda maior, de 163,7 mil empregados. As três modalidades foram implementadas pela reforma aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada em novembro de 2017 pelo então presidente Michel Temer. Em 2018, o então ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, chegou a mencionar que as alterações na lei gerariam 6 milhões de empregos nos próximos dez anos - o que geraria, em média, uma criação de 600 mil empregos por ano.

Esse foi o primeiro ano em que as novas regras vigoraram integralmente e o Caged é a única fonte de dados sobre o tema por enquanto. A análise dos números mostra que principalmente o uso do trabalho parcial não tem crescido entre as empresas e, em dezembro, chegou a mostrar um resultado líquido negativo. No caso do intermitente, os números também não decolaram. As empresas alegam que ainda há insegurança jurídica no uso das novas modalidades.

INFORME

Novas regras

Saldo (admissões menos desligamentos) das modalidades da reforma



Fonte: Caged.

A gerente-executiva de Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Sylvia Lorena, afirma que a reforma favoreceu os negócios e trouxe segurança jurídica, mas que as mudanças ainda estão em processo de amadurecimento e que é possível tornar as leis ainda mais simples. "A desburocratização é sempre muito bem-vinda, quanto mais a gente puder simplificar melhor", afirma.

Carlos Eduardo Ambiel, doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e membro do Conselho Superior de Relações de Trabalho da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), cita ser possível simplificar partes das leis trabalhistas ligadas a procedimentos burocráticos, custos indiretos ou encargos como os do Sistema S e do próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Tais mudanças, diz, podem reduzir o custo direto do empregado.

Ambiel afirma que a tendência é que nos próximos meses as questões negociadas entre patrão e empregado ganhem ainda mais importância. "Boa parte dos problemas, burocracias e ajustes pode ser resolvida via negociação, e não necessariamente ficar esperando uma reforma legal. Atualmente, o que for negociado prevalecerá sobre o que está na lei. Isso passa por um processo de amadurecimento. O sindicato entender o seu papel, ser mais participativo, os trabalhadores participarem das assembleias, e o próprio empresariado enxergar os sindicatos com outros olhos.

INFORME

GM propõe a sindicatos mudanças trabalhistas

Por Marli Olmos

Os trabalhadores da General Motors em São Paulo começaram a tomar conhecimento ontem das propostas apresentadas pela montadora americana para manter as duas fábricas no Estado em atividade. A empresa alega que, dentro de uma reestruturação mundial, a operação brasileira precisa voltar a apresentar lucros. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos realizou uma assembleia, na entrada do primeiro turno, para apresentar as propostas discutidas na reunião de terça-feira com a empresa. Segundo a entidade, a GM quer "reduzir drasticamente" os direitos trabalhistas como condição de continuar a investir na fábrica da cidade, onde hoje trabalham 4,8 mil funcionários.

Os dirigentes destacaram que entre as propostas estão a redução de jornada, fim da estabilidade para lesionados, banco de horas e acordo para a terceirização do trabalho. A empresa também tem a intenção, segundo o sindicato, de acabar com o transporte fretado para funcionários. Não houve nenhuma votação, mas por meio de nota, o vice-presidente do sindicato em São José, Renato Almeida, disse que a entidade já se posicionou contra a proposta, que "traz graves prejuízos econômicos e sociais para os metalúrgicos". "Os trabalhadores ficaram indignados", disse.

Representantes do sindicato e da empresa voltaram a se reunir ontem no período da tarde, num hotel em Guarulhos, para prosseguir com as negociações. Sem uma definição, foi marcada uma nova reunião para amanhã. Também ontem, houve a primeira reunião de representantes da GM com a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, outra fábrica envolvida nas negociações e no plano de reestruturação da montadora americana. A reunião começou de manhã e continuou no período da tarde, na sede do sindicato. O objetivo também foi apresentar aos sindicalistas propostas de flexibilização do acordo trabalhista. "Pelo tamanho da pauta isso não tem hora para acabar", comentou um funcionário do sindicato ao Valor.

O presidente da GM Mercosul, Carlos Zarlenga, reuniu-se na terça-feira com os dirigentes dos dois sindicatos e com os prefeitos das duas cidades para dizer que a empresa passa por uma reestruturação mundial e precisa tomar medidas para continuar a investir no Brasil. Antes disso, na sexta-feira, o executivo enviou carta aos funcionários das duas fábricas informando que a presidente mundial da companhia, Mary Barra, disse que a empresa deixará a América do Sul caso não obtenha lucro na região. A direção da GM não comenta o assunto com a imprensa.

(Fonte: Valor Econômico – 24/01/2019)

Benefício de refeição deve parar no STF

Sindicatos temem que contribuições previdenciárias possam incidir sobre vale-alimentação; Receita Federal emitiu relatório que abre precedente para tributação

PAULA SALATI • SÃO PAULO

Discussões sobre os benefícios de alimentação do trabalhador, como o vale-refeição e vale-alimentação, devem parar no Supremo Tribunal Federal (STF), dada à elevada insegurança jurídica que o tema ainda gera entre empresas e trabalhadores do País. Ontem mesmo a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB), que reúne 827 entidades, pediu a inclusão deste tema na reunião da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), em Brasília. Até o fechamento desta edição, a CSB informou que não houve nenhum encaminhamento. A Central pediu a inclusão deste tema, após a Receita Federal publicar um relatório de solução de consulta no dia 28 de dezembro de 2018, em resposta a questionamentos de uma prefeitura. Segundo o órgão federal, o auxílio-alimentação, pago mediante tíquetes ou cartão-alimentação, integra a base de cálculo das contribuições sociais previdenciárias. A tributação não vale, por exemplo, para cesta-básica e comida servida no refeitório da empresa.

Segundo a CSB, uma medida como essa poderia prejudicar 20,9 milhões de trabalhadores e 270 mil empresas. Na avaliação do sócio do Demarest Advogados, Rodrigo Campos, o entendimento da Receita é ilegal. Ele explica que a contribuição previdenciária só pode incidir sobre a verba de natureza salarial e que a legislação de custeio da Previdência Social prevê que o que é pago pelas empresas a título de auxílio-alimentação não configura salário. Além disso, Campos diz que a legislação do PAT permite que as empresas façam convênios para fornecer o tíquete, caso não tenham estrutura para refeitório ou não concedam cesta-básica. “A Receita está forçando a barra para poder elevar a arrecadação”, diz. “Porém, isso ainda precisa da validação do STF. No caso do vale-transporte, o Supremo já entendeu que o benefício não configura como salário”, destaca Campos. Ele diz ainda que uma medida como essa poderia prejudicar mais os trabalhadores que ganham abaixo do teto do INSS (R\$ 5.839).

Fábio Silva, coordenador do MBA de gestão tributária da Faculdade Fipecafi, diz que há uma grande insegurança jurídica neste tema, o qual se arrasta há muitos anos, com diferentes entendimentos entre os tribunais regionais, Supremo Tribunal de Justiça e Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Resolver isso será importante para que as empresas planejem melhor seus investimentos.

(Fonte: DCI – 24/01/2019)